

Desafio africano é nos dois sentidos

O desafio africano que se coloca à Europa é tal como a cooperação, tal como a política económica externa um desafio nos dois sentidos, disse o prof. Braga de Macedo, na sua comunicação para o painel que discutiu a Ajuda ao Desenvolvimento e Equilíbrio Económico. Braga de Macedo acrescentaria ainda que «o elo entre Portugal e a África deve ser aberto ao mundo, e é esse o desafio para Portugal».

Este orador apresentou uma síntese dos resultados de projectos do Centro de Socioeconomia do Instituto de Investigação Científica Tropical. «O exemplo português — o bom e o mau — pode ajudar a erguer uma política económica externa das Comunidades Europeias, na qual se baseie a cooperação com África — incluindo Caraíbas e Pacífico», disse Braga de Macedo, acrescentando: «Muito necessária nos tempos que correm, tal política ultrapassa largamente a cooperação económica, e a sua construção deve transcender o debate acerca da ajuda ao desenvolvimento dos países mais pobres.»

Para o professor da Universidade Nova de Lisboa,

esta política tem a ver com a posição da Europa relativamente às áreas de grande crescimento e grande dinamismo económico — os Estados Unidos e o Japão.

Braga de Macedo considera haver uma dificuldade em compreender mecanismos inovadores de ajuda ao desenvolvimento: «Na realidade, continua-se a assistir, embora em menor escala, ao jogo estratégico em que os não-alinhados entravam nos anos cinquenta. Falo de certos modelos que foram desenvolvidos no sentido de se decidir se se iria estabelecer uma aliança para pedir aos Estados Unidos, à União Soviética, ou permanecer neutral e pedir ajuda a ambos (...) isto é parecido com o que tem acontecido em África, onde países alteram a sua postura negocial com certas organizações internacionais baseadas na evolução das negociações acerca da ajuda de outras organizações.»

Nesta comunicação foi também abordado o problema do Mercado Único ligado com a integração africana. «Antes mesmo de chegar a essa data, há que olhar para o panorama inquietante do chamado 'europroteccionismo' ou da 'fortaleza Eu-



Mesa da sessão

Da esquerda para a direita, Ferraz da Costa, (CIP), Miguel Belezza (Banco de Portugal).

ropa'. Na realidade, se o desmantelamento das barreiras internas vai ser feito à custa do aumento da protecção externa, para Portugal, pequeno e atrasado, isso poderia ser bom; mas para a Europa é desastroso. Será a africanização da Europa no concerto mundial.»

Braga de Macedo advertiu ainda para outros perigos: «Um mercado de tra-

balho único é dramático para os países do norte da Europa, porque é para aí que se dirigem normalmente trabalhadores que dantes eram de fora da Europa, mas agora estão no centro da Comunidade. Mesmo sem irmos até aos efeitos dessa mobilidade intercomunitária do trabalho na redistribuição do poder tributário dos Estados dentro da Europa,

basta olhar para o problema da pauta externa, para ver até que ponto um falhanço de Lomé IV pode ameaçar 1992.»

A voz da CEE

Nesta sessão, presidida por Miguel Belezza, director do Banco de Portugal, e moderada por Ferraz da Costa, presidente da CIP, teve também a palavra o administrador principal da D.G. VIII, Comissão C.E., Marc Pierini.

Falando sobre as relações da Comunidade Europeia com os países em desenvolvimento e sobre a evolução e perspectivas da política de Lomé, Marc Pierini expôs as propostas da Comunidade no quadro das negociações para uma nova Convenção CEE-ACP, iniciadas no passado mês de Novembro, no Luxemburgo. Assim está em causa a introdução de modalidades novas de apoio ao ajustamento estrutural, destinadas a permitir a reforma das políticas nacionais macro-económicas, das políticas sectoriais e das políticas do sector financeiro, a introdução de modalidades de cooperação policêntrica, destinadas a relacionar

agentes, de parte a parte, até agora ausentes como actores directos da política de Lomé. «A comunidade está convencida de que, se a assinatura de políticas económicas é um imperativo para os estados ACP, em particular para a África, é preciso prestar ajuda sem comprometer o potencial de desenvolvimento a longo prazo. A África não pode gerir este processo de modificação das estruturas económicas que bloquearam o crescimento e alimentaram a crise. Ajudá-la é para a Comunidade uma nova responsabilidade mas também um desafio.»

A concluir, Pierini destacou o papel de Portugal na Comunidade Europeia e na relação com os países africanos: «A política de Lomé, fruto da história e da construção europeia, deve mais do que nunca combinar a premência dos seus objectivos (o desenvolvimento económico) com a inovação em matéria de cooperação (apoio ao ajustamento, criação de empreendimentos). Portugal com cinco séculos de presença em África, está bem colocado para ajudar a Comunidade Europeia a encontrar o seu papel específico no esforço global de cooperação Norte-Sul.»